

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL CONFLITO DE JURISDIÇÃO N.º
0817669-77.2023.8.10.0000 – SÃO LUÍS/MA SUSCITANTE: JUÍZO DA VARA ESPECIAL
COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS/MA SUSCITADO: JUÍZO DA 2ª VARA DE
ENTORPECENTES DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DOMINGAS DE JESUS FROZ GOMES RELATOR: DES. SAMUEL
BATISTA DE SOUZA EMENTA PENAL. PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE
JURISDIÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35
DA LEI N.º 11.343/2006). ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, § 2º, DA LEI N.º
12.850/2013). CONTROVÉRSIA INSTAURADA ENTRE VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES
RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (SUSCITANTE) E VARA ESPECIALIZADA EM
ENTORPECENTES (SUSCITADA). ANÁLISE SOBRE A EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS
SUFICIENTES DA CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.
ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO JUÍZO ESPECIALIZADO EM CRIMES RELACIONADOS A
ENTORPECENTES QUE SE AFIGURA A MEDIDA ADEQUADA. CONFLITO DE JURISDIÇÃO
CONHECIDO E JULGADO PROCEDENTE PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE
DIREITO SUSCITADO DA 2ª VARA DE ENTORPECENTES DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO
LUÍS DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA PARA TRATAR DA MATÉRIA. 1) Para a
configuração do tipo organização criminosa, faz se necessária a presença
cumulativa dos seguintes elementos: (i) associação de 04 (quatro) ou mais
pessoas; (ii) estruturalmente ordenada que se caracteriza pela divisão de
tarefas; (iii) finalidade de obtenção de vantagem de qualquer natureza;
(iv) e mediante a prática de infrações penais, cujas penas máximas sejam
superiores a 04 (quatro) anos, ou de caráter transnacional, situação que
não se verifica nos autos. 2) Conflito de Jurisdição conhecido e julgado
improcedente para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara De
Entorpecentes Do Termo Judiciário De São Luís Da Comarca De São Luís/Ma,
ora Suscitado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM
os senhores Desembargadores da PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de
Justiça do Estado do Maranhão, "UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DA
DOUTA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, A PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL JULGOU
PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA SEGUNDA VARA
DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA, NOS TERMOS DO VOTO DO
DESEMBARGADOR RELATOR". Participaram do julgamento os Senhores
Desembargadores ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO, JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS
ANJOS e SAMUEL BATISTA DE SOUZA. Funcionou pela Procuradoria Geral de
Justiça a Dra. SELENE COELHO DE LACERDA. DES. SAMUEL BATISTA DE SOUZA
Relator (ConfJurisd 0817669-77.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a)
SAMUEL BATISTA DE SOUZA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 18/10/2023)